



CHRIS MCGRATH/GETTY IMAGES/AFP

A era Obama

Novo presidente promete mais verbas para a pesquisa, uma nova pauta ambiental e o fim do “obscurantismo” da era Bush

As expectativas dos cientistas norte-americanos com a posse do primeiro presidente negro da história dos Estados Unidos, Barack Obama, que assume no dia 20 de janeiro, são tão otimistas quanto as de seus 64 milhões de eleitores. As intenções são boas: Obama prometeu ampliar o orçamento dos Institutos Nacionais de Saúde (NIH, na sigla em inglês) e da agência espacial norte-americana (Nasa), investir um valor recorde na pesquisa de energias renováveis, remover embaraços para as pesquisas de células-tronco embrionárias e virar pelo avesso a agenda ambiental do país, que durante a era Bush foi marcada pela negação do aquecimento global.

As condições para levar tais propostas adiante são auspiciosas: o Partido Democrata conquistou maioria nas duas casas do Congresso. “As propostas de Obama são um sinal de que o presidente eleito reconhece a importância da ciência para o país”, disse à revista *Nature* Ralph Cicerone, presidente da Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos. “O mundo respeita a ciência norte-americana e ela pode servir de instrumento de boa vontade e de boas políticas”, afirmou.

A grande dúvida é saber até que ponto as ambições do novo presidente serão bloqueadas pela dura realidade da crise. A condição de preferido do setor científico ficou evidente durante a campanha, quando Obama atraiu o apoio de 61 laureados com o Prêmio Nobel, enquanto seu rival John McCain obteve escassas cinco assinaturas de vencedores do Nobel de Economia para sua plataforma anticrise.

A clara oposição às políticas no campo da ciência e do meio ambiente do governo Bush, vistas como obscurantistas por um largo espectro da comunidade acadêmica, ajudou a pavimentar o apoio.

Em relação às pesquisas com células-tronco embrionárias, Obama já disse a que veio. Poucos dias depois de eleito, anunciou por meio de John Podesta, chefe de sua equipe de transição, que irá suspender a proibição imposta por Bush, por motivos religiosos, de uso de verbas federais na realização de pesquisas com linhagens de células-tronco embrionárias produzidas a partir de 9 de agosto de 2001. “Sobre a pesquisa de células-tronco, e em vários temas, vemos que a administração Bush fez coisas que provavelmente não beneficiarão o país”, afirmou Podesta.

Ainda se discute o meio a ser utilizado para derrubar o veto. O mais provável é que Obama emita uma ordem executiva retirando a proibição e patrocine uma nova legislação sobre o tema, que permitiria o trabalho com quaisquer linhagens de células-tronco derivadas de embriões que seriam descartados em clínicas de fertilização. Bush já vetou em duas ocasiões legislações desse tipo, mas a deputada democrata Diana DeGette apresentou há poucas semanas um projeto que permite o uso de linhagens independentemente da data em que foram obtidas. Especialistas acreditam, contudo, que a ordem executiva é desnecessária. A advogada Robin Alta Charo, professora de bioética da Universidade de Wisconsin, disse que daria na mesma se Obama simplesmente comunicasse aos NIH que passassem a fomentar a pesquisa de novas linhagens.

Se a questão das células-tronco está bem encaminhada, há dúvidas em relação à velocidade com que Obama conseguirá implementar suas políticas nos campos da energia e do meio ambiente em meio à recessão. Em contraposição a Bush, que se recusou a ratificar o Protocolo de Kyoto, Obama propõe reduções obrigatórias das emissões de gases de efeito estufa e declarou simpatia ao sistema de compra e venda de créditos de carbono deflagrado por aquele acordo. “Demora não é mais uma opção e nega-

ção não é mais uma resposta aceitável”, declarou o novo presidente. É possível, contudo, que uma legislação nesse sentido não seja aprovada antes de 2010. Há consenso no futuro governo de que o ano de 2009 deve ser consagrado ao enfrentamento do desemprego e da crise econômica – e o controle da emissão de gases, pelo menos no curto prazo, não colabora com tais objetivos. “A legislação de mudanças climáticas é controversa até mesmo entre os parlamentares do Partido Democrata e dificilmente virá no início do governo”, diz David Goldston, colunista da revista *Nature*.

Existem opções menos ambiciosas que podem dar fôlego a Obama no primeiro ano de mandato. Segundo disse à agência *Bloomberg* o senador democrata Jeff Bingaman, do Novo México, poderá ser votada em 2009 uma lei para estimular a conservação de energia em edifícios e meios de transporte e produzir mais eletricidade a partir de fontes renováveis. Outra possibilidade é permitir que 18 estados interessados em regulamentar a restrição à emissão de gases por automóveis tenham liberdade para fazer isso. O governo Bush conseguiu bloquear tais regulamentações com o argumento de que são de âmbito federal. Muitos pesquisadores estão confiantes na remoção de outros tipos de entrave. David Wilcove, professor de ecologia da Universidade de Princeton, lidera uma campanha para restaurar dispositivos de uma legislação federal de 1976 que regula o manejo de florestas de forma a manter a viabilidade das populações de vertebrados. Certas restrições foram suspensas em 2005 para beneficiar a indústria madeireira.

Durante a campanha, Barack Obama defendeu enfaticamente a ampliação do orçamento para a pesquisa nos Estados Unidos. Prometeu gastar US\$ 15 bilhões por ano no desenvolvimento de energias renováveis, ante apenas os US\$ 2 bilhões atuais. Também deu apoio a um pleito dos cientistas para dobrar nos próximos dez anos o orçamento dos NIH, que hoje consomem US\$ 30 bilhões por ano. Quando pedia votos na Flórida, onde fica a Nasa, Obama prometeu revitalizar a exploração espacial, cujo orçamento é consi-

derado insuficiente para conseguir os objetivos propostos por Bush: o retorno à Lua antes de 2020 e missões tripuladas a Marte depois disso. O novo presidente já propôs prolongar a vida útil dos atuais ônibus espaciais, que deveriam ser aposentados em 2010, e antecipar a estréia das naves que os substituirão, o que está previsto para 2015. Para tanto, o orçamento da Nasa, que equivale a US\$ 17 bilhões anuais, receberia um reforço de pelo menos mais US\$ 2 bilhões. Com o déficit das contas federais batendo em US\$ 1 trilhão e diversos setores da economia pedindo ajuda, parece difícil que o novo presidente consiga honrar todas as promessas. “Obama prometeu muitas coisas – e todas elas custam dinheiro”, disse o deputado republicano Vern Ehlers, um dos mais eloquentes defensores da pesquisa e da educação no Congresso norte-americano.

Mas há promessas que não dependem de dinheiro. Obama comprometeu-se na campanha a elevar o *status* do titular do Escritório de Políticas de Ciência e Tecnologia (OSTP, na sigla em inglês), que sob a gestão de George W. Bush diminuiu de importância. A expectativa é em relação ao nome que escolherá para ocupar o cargo. Quem desempenhou o papel de conselheiro científico na campanha foi Harold Varmus, diretor dos Institutos Nacionais da Saúde entre 1993 e 1999, laureado em 1989 com o Nobel de Fisiologia ou Medicina pela descoberta dos oncogenes retrovirais. O cargo de titular do OSTP ficou vago nos cinco primeiros meses do governo Bush e acabou ocupado pelo físico John Marburger, que tinha um lugar na hierarquia da Casa Branca pouco privilegiado, sem acesso direto ao presidente. Marburger acabou envolvido em várias denúncias de censura a documentos e depoimentos de pesquisadores vinculados ao governo, sempre no sentido de amenizar previsões acerca dos efeitos do aquecimento global. Só em setembro de 2007 o assessor admitiu que as mudanças climáticas são um fato e que a Terra pode se tornar um lugar “inabitável” se não houver cortes nas emissões de monóxido de carbono. ■

FABRÍCIO MARQUES